

CARLOS FORTUNA

PATRIMÓNIO COM FUTURO...OU SOBRE A RESILIÊNCIA DAS CIDADES

HUGUES DE VARINE

MUSEU, CIDADE E TERRITÓRIO

VÍTOR OLIVEIRA JORGE

ARQUEOLOGIA 2016 - UM INVENTÁRIO DE DESILUSÕES?

JOÃO SEIXAS

A CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO



REVISTA PATRIMÓNIO NÚMERO QUATRO DEZ. 2016 15€



DAVID SANTOS

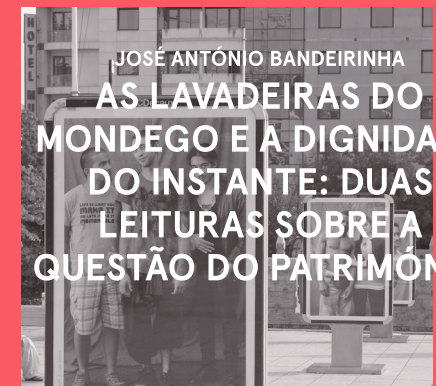
O MUSEU INIMAGINADO. MEDIAÇÃO E COLEÇÕES ONLINE - O CASO DO RIJKSMUSEUM



NUNO GRANDE

ROBERTO CREMASCOLI

VIZINHANÇA: UM PATRIMÓNIO AMEAÇADO NA EUROPA CONTEMPORÂNEA



JOSÉ ANTÓNIO BANDEIRINHA

AS LAVADEIRAS DO MONDEGO E A DIGNIDADE DO INSTANTE: DUAS LEITURAS SOBRE A QUESTÃO DO PATRIMÓNIO



RAQUEL HENRIQUES DA SILVA

MUSEUS INCLUSIVOS: CONHECER PARA VER





Risco e prudência. A instalação do núcleo arqueológico no claustro da Sé Patriarcal de Lisboa

Jorge Figueira

CES, Departamento de Arquitetura, Universidade de Coimbra

←

Sé de Lisboa, Claustro.
Henrique Ruas/DGPC, 1997.

Entre os escombros físicos e os da história, as condicionantes técnicas e um programa museológico necessário, a intervenção no Claustro da Sé Patriarcal de Lisboa é «difícil e sensível», um exercício de limites. Mesmo não havendo alternativa aparente, a proposta de construção do núcleo arqueológico «em cripta», na ala sul do claustro, é surpreendente. Toda a operação conta no entanto com a prudência que Adalberto Dias foi demonstrando, sem desistir do risco que também gosta de formular. Os arcos góticos em ruína serão apreciados em relação com o corpo elíptico de escadas. No lugar do atual *cubelo*, algo disforme e acidentado, este volume redefinirá todo o perímetro do claustro, espaço e ambiente, como um torreão esguio, curvo, arriscado e prudentemente integrado. A reposição do pátio/jardim, em plano contínuo e desornamentado, será o contraponto horizontal da torre de escadas, recriando no claustro um silêncio até agora provavelmente nunca contemplado.

1

Realizado no contexto da Recuperação e Valorização da Sé Patriarcal de Lisboa, o projeto de Adalberto Dias em análise visa a «instalação do Núcleo Arqueológico e recuperação dos Claustros Superiores e Inferiores». Trata-se, como o próprio autor afirma, de «uma intervenção difícil e sensível» (Dias: 2015, p. 28). Na verdade, é preciso ser audacioso para contemplar e resolver uma operação que entra fundo nos interstícios de uma estrutura com a magnitude da catedral de Lisboa lidando diretamente com uma história longa e acidentada que está escrita na pedra, mais do que nos «papéis», muitos deles perdidos com o Terramoto de 1755.

Os cataclismos e campanhas de obras na catedral de Lisboa criaram um «palimpsesto» que uma intervenção como a que é aqui ensaiada obriga a reavaliar.

Uma visita ao atual estaleiro arqueológico do claustro deixa bem clara a complexidade cultural e técnica que a empreitada pressupõe. Mas também a urgência de uma intervenção que musealize aquilo que está a céu aberto, apenas protegido por uma já gasta estrutura efêmera. Para lá de outras razões de fundo, a existência de um forte turismo, também cultural, em Lisboa, torna insustentável a manutenção da atual situação.

Seguindo a memória descritiva do Projeto de Execução, o objetivo da operação é a «instalação do Núcleo Arqueológico e Museológico em cripta, incluindo percursos de visita às ruínas», com «a reposição do Pátio/Jardim ao nível do Claustro Inferior»

e «a recuperação, conservação e valorização dos Claustros Inferior e Superior» (Dias: 2014, p. 2). A instalação do «Arquivo da Sé Patriarcal no Claustro Superior» estará relegada para um momento posterior.

Para se entender e analisar esta operação é naturalmente necessário ter em conta a história que aqui está inscrita. O relatório prévio elaborado no âmbito desta intervenção por Maria João Neto e Vítor Serrão, do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, intitulado *Levantamento Documental, Peças Fotográficas, Imagens e Resenha Histórica*, estabelece uma leitura muito útil do processo histórico, em particular do claustro da Sé Patriarcal de Lisboa (Neto; Serrão: 2013).

Com este competente documento, a intervenção projetual está respaldada, como é obrigatório no nosso tempo, pelo conhecimento científico da história da estrutura patrimonial, por mais sombras que possam permanecer. De facto, segundo os autores, subsistem «muitas dúvidas e incertezas», e, «apesar da sua importância artística e eclesiástica, a catedral de Lisboa não foi, até agora, merecedora de um estudo monográfico atento» (Neto; Serrão: 2013, p. 5).

Em qualquer caso, será hoje consensual que uma intervenção contemporânea numa estrutura patrimonial está obrigada a um atento escrutínio da história do monumento; e que, não existindo a hipótese de uma «neutralidade» projetual, é exigida a prudência ou bom senso de não obliterar por excesso ou por defeito aquilo que é a presumível «autenticidade» do edifício.

Bem se sabe que a «autenticidade» de uma estrutura de alto valor patrimonial, como é o caso, não se fixa, nem é decretável, e varia conforme os gostos e políticas culturais de cada época. Talvez só com maior distância temporal se poderá verificar se, no nosso tempo, um designio que chamaria pós-ideológico, escudado numa maior sensibilidade ao elemento patrimonial e em questões técnicas, permitiu, nos melhores casos, restaurar ou reabilitar edifícios com menores custos para a sua história. Talvez a «visualidade» que determina muitas dessas operações seja menos ofensiva ou intrusiva que a manipulação e depuração estilística que se usou nas campanhas da extinta Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), no epicentro do século xx. Talvez.

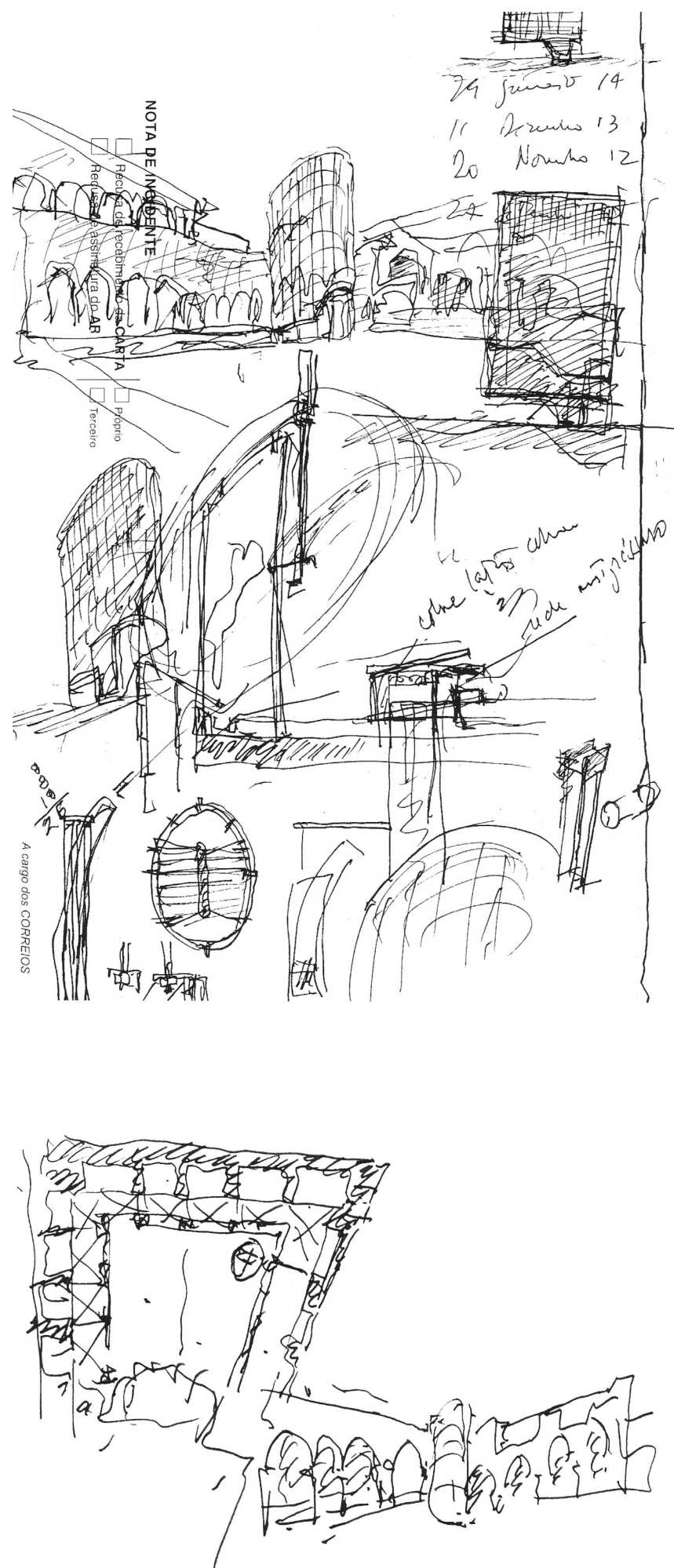
A intervenção de Adalberto Dias enquadra-se seguramente numa linha em que o processo histórico do edifício é analisado, respeitado e refletido na proposta projetual, o que não significa que não corra riscos. Os riscos são calculados e respaldados numa leitura histórica que se afigura competente e informada.

Como acontece muitas vezes em Portugal, a intervenção contemporânea lida com a presença de campanhas de restauro anteriores, neste caso por Augusto Fuschini e depois no quadro dos Monumentos Nacionais por António do Couto Abreu, como adiante se dará conta.

2

Estrutura singular na implantação e muito alterada em diferentes vicissitudes, a que se junta uma agora exposta teia arqueológica, o claustro da catedral de Lisboa é um lugar particularmente complexo, quase tumultuoso.

Segundo Maria João Neto e Vítor Serrão, foi implantado ainda antes da construção do deambulatório da Sé «por detrás da cabeceira, segundo uma planimetria trapezoidal, com a face exterior das capelas da charola a perfazer um dos lados do polígono» (Neto; Serrão: 2013, p. 3). A implantação corresponde a



←

Sé de Lisboa, esquisso das escadas.

Adalberto Dias, s/ data.

uma particular adaptação ao terreno e a funcionalidade decorre de uma «conceção bastante original por nele se abrirem capelas independentes, o que faz supor ter tido uma função funerária ou mesmo de serviço capitular» (Neto; Serrão: idem).

Interessa particularmente ter em conta, como enquadramento de fundo da proposta de Adalberto Dias, as intervenções de Augusto Fuschini e de António do Couto Abreu, que, segundo o Relatório Prévio, visavam a «reintegração» do monumento «num hipotético estilo primitivo», numa «campanha que se estende, sensivelmente, desde 1902 até à década de 40» e que «logrou, através dos diferentes projetos executados, impor uma fisionomia nova ao edifício, sem um critério histórico-artístico, baseado num estudo sério e documentado» (Neto; Serrão: 2013, p. 5).

O caráter efabulatório das empreitadas tem complexas consequências para o edifício, já que o restauro visava a reposição de uma «autêntica fisionomia medieval» (Neto; Serrão: idem), como foi apanágio das intervenções dos «Monumentos Nacionais» desse período.

Segundo os autores, há dois momentos distintos na orientação imposta à intervenção no monumento: «O primeiro, logo no início do século, sob a direção do Engenheiro Augusto Fuschini (1843-1911) e o segundo com o arquiteto António do Couto Abreu (1874-1946), principalmente na década de 30» (Neto; Serrão: 2013, p. 7). «As circunstâncias mentais» do primeiro «assentam sobretudo num espírito arqueologista romântico em que se procuram valorizar os elementos artísticos antigos da região, tornando-os símbolos vivos de um passado histórico glorioso, enaltecendo a história local e nacional» (Neto; Serrão, idem). Após a morte de Fuschini em 1911 e com o advento do Estado Novo, «a ideia de uma Sé medieval que recordasse as façanhas heroicas de D. Afonso Henriques, arrancando aos mouros o território nacional, coadunava-se com a sensibilidade do momento, encontrando expressão plástica na personalidade do arquiteto António do Couto Abreu» (Neto; Serrão, idem).

A Exposição do Mundo Português, em 1940, marcou um período onde «o espírito nacionalista do Estado Novo viu nos monumentos antigos um veículo por excelência de exaltação de um passado, espelho de glórias e epopeias que importava explorar, como garante de um presente e futuro robusto e brilhante» (Neto; Serrão: idem). No entanto, segundo os autores do Relatório Prévio, «passado o ambiente festivo em torno das comemorações centenárias, a catedral de Lisboa volta a cair no 'esquecimento' das autoridades» o que se agrava «com o afastamento do Arquiteto Couto da 'sua Sé' por limite de idade, em 1944». Como consequência, «os trabalhos são suspensos e a catedral lisboeta não tarda em ter um ar de abandono registado na imprensa da época. O claustro foi o elemento mais afetado por esta suspensão, ficando o seu plano de restauro interrompido» (Neto; Serrão: idem).

Um programa de escavações arqueológicas no jardim, iniciado em 1990, pôs a «descoberto uma série de estruturas de diferentes épocas balizadas entre o século iv a. C. e o século xiv, quando o claustro é construído» (Neto; Serrão: idem). O desenvolvimento das escavações e pequenas intervenções de conservação marcaram as últimas duas décadas desta estrutura massacrada e sobrevivente, no centro da cidade de Lisboa.

3

Tendo em conta os cataclismos, as alterações sucessivas que foi sofrendo, as campanhas de restauro «romântica» de Fuschini e «medievalista» de António do Couto Abreu, e agora a exposta escavação arqueológica, o claustro da Sé Patriarcal desafia a lógica de qualquer intervenção.

Passado o tempo da projeção ideológica de um nacionalismo exacerbado, que se revê em monumentos que em certos casos renasceram no século xx, a motivação da intervenção contemporânea é essencialmente definida por razões de uso e circulação (visando o turismo) e de recuperação (entendida como reversão da degradação e da ruína). As condicionantes técnicas de segurança e mobilidade ganham crescente importância e dizem respeito a uma sociedade que se pretende inclusiva.

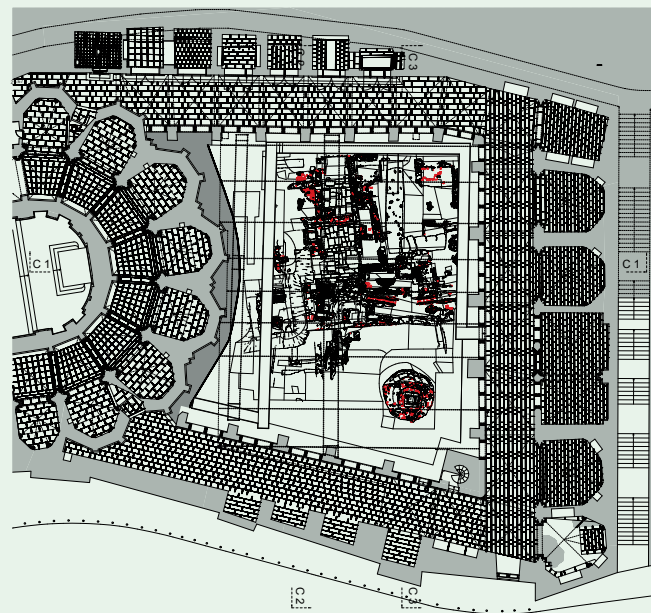
Dir-se-ia que uma certa depuração, que é recorrente nas intervenções contemporâneas, remete para a filiação moderna dos anos de 1920/1930 mas também para a «unidade de estilo» dos Monumentos Nacionais; e que a imagem de ruína, também cultivada, decorre de uma cultura pós-moderna e «neo-romântica», dos anos 1980. No nosso tempo, como se estivéssemos fora da história, procura-se o máximo de exponencialização visual e de *performance* construtiva, oscilando, nos melhores casos, acrobaticamente entre a prudência e o risco; visando o estilo do que é «puro» e o estilo do que é «inacabado», sem diferenciar.

Ensaçando uma leitura retrospectiva, esta proposta parece situar-se no modo interveniente e ativo de lidar com o processo histórico do edifício que Fernando Távora praticou e teorizou nas últimas décadas do século passado. Ao implantar o «núcleo arqueológico em cripta, na ala sul, ocupando dois pisos na área disponível» (Dias: 2014, p. 5), intervém fortemente na estrutura do edifício; mas está, de facto, a acrescentar mais um «ponto» ao *patchwork* labiríntico que o claustro foi tecendo ao longo do tempo.

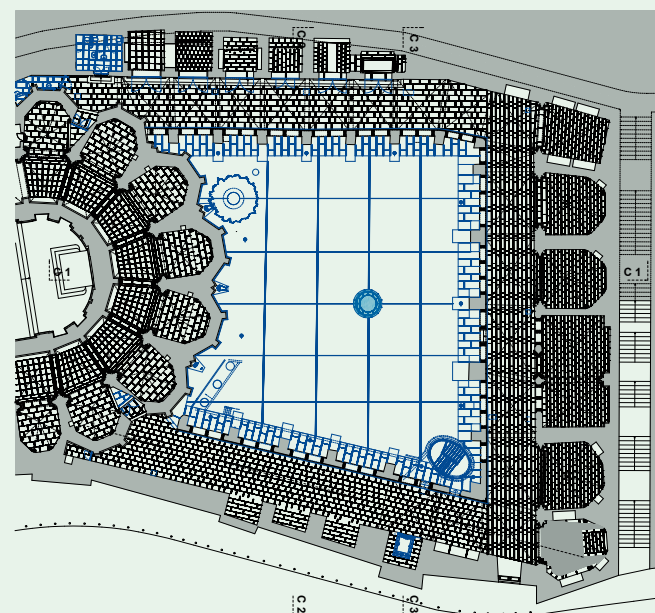
O momento da verdade, que permite o funcionamento de todo o novo sistema arduamente implantado na estrutura existente, é o corpo de escadas localizado no ângulo sudeste do claustro, «em substituição do *cubelo* atual que será desmontado» (Dias: 2014, p. 6). Este volume de planta elíptica foi primeiro pensado como envidraçado e agora será revestido a azulejo com uma tonalidade próxima da pedra do claustro. Em vez de uma certa, talvez muito hipotética, transparência, optou-se por uma camuflagem no décor do claustro. Sendo, de qualquer modo, um volume que se autonomiza do perímetro do claustro, emergirá como uma peça «moderna», em contraste vertical com o refeito pátio/jardim.

O sistema de acessos é a chave da intervenção, aquilo que permite a articulação do monumento com as escavações, da arqueologia com a museologia, das diferentes cotas com os percursos de visita. Para lá do volume das escadas no pátio/jardim, pedra de toque da operação, o elevador «na primeira capela nascente da muralha» (Dias: idem), o corpo interior de escadas no núcleo arqueológico e a saída de emergência para a Rua das Cruzes, permitem a circulação entre os vários estratos históricos, o exterior e o interior do monumento.

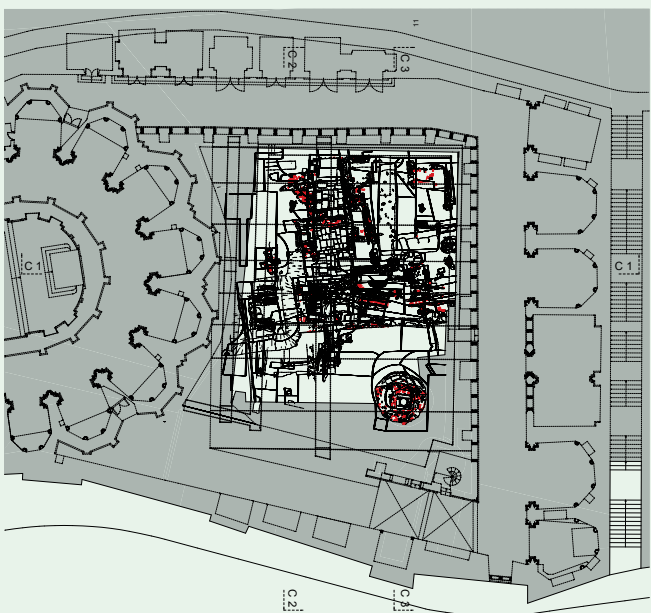
Interessa ainda sublinhar, por ser uma alteração de vulto embora entendida como uma «reposição», a implantação de



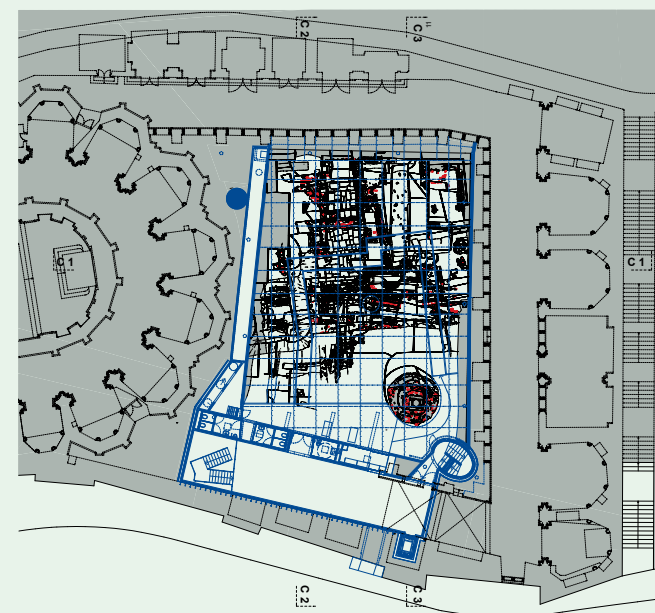
Existente – Piso 0



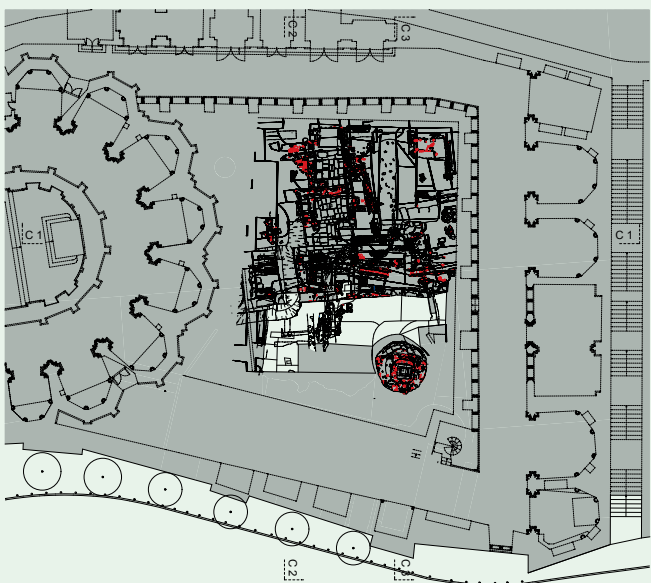
Proposta – Piso 0



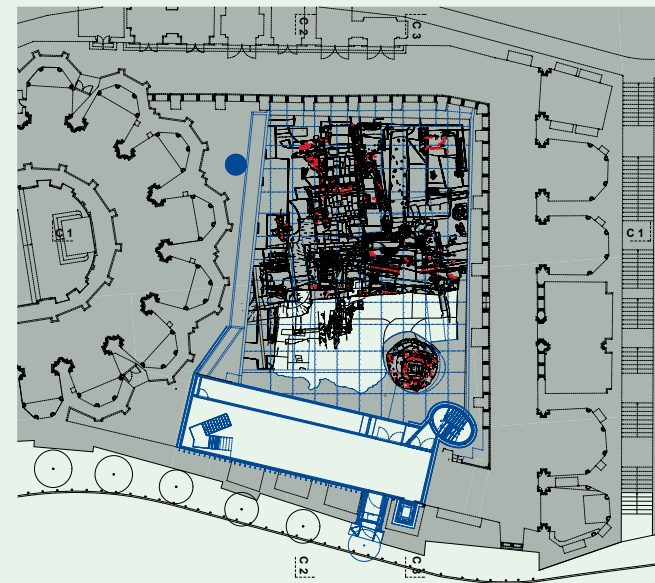
Existente – Piso -1



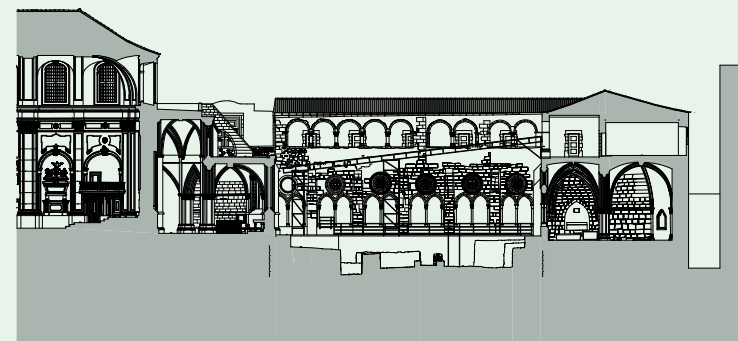
Proposta – Piso -1



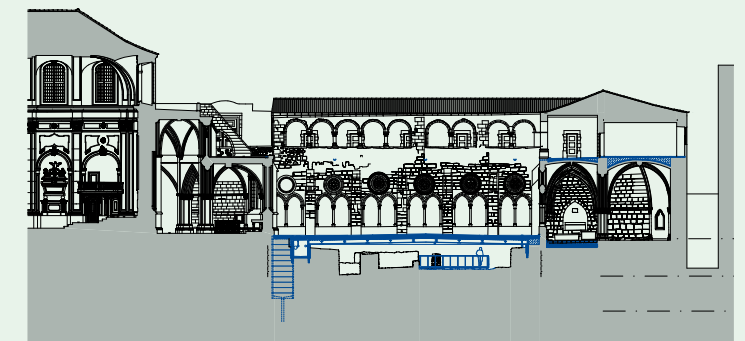
Existente – Piso -2



Proposta – Piso -2



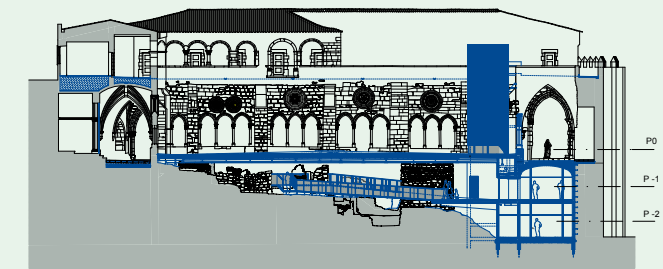
Existente – Corte 1



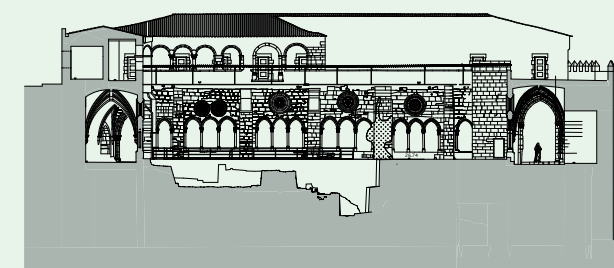
Proposta – Corte 1



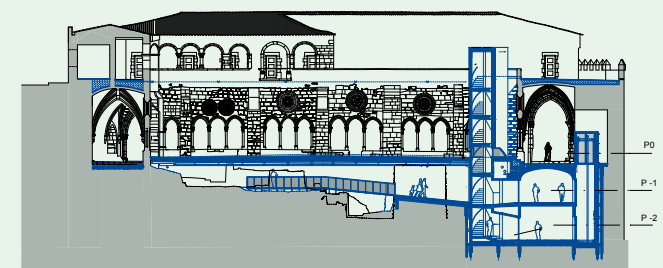
Existente – Corte 2



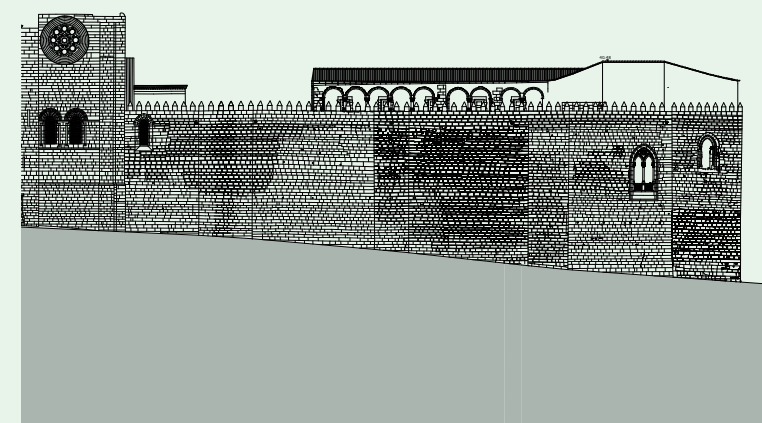
Proposta – Corte 2



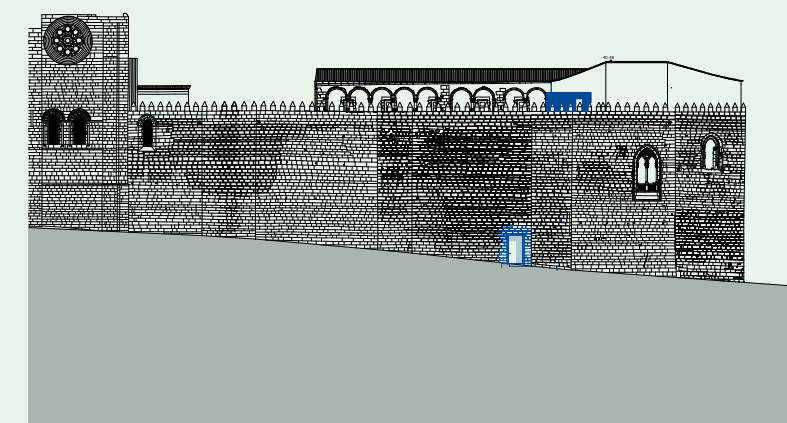
Existente – Corte 3



Proposta – Corte 3



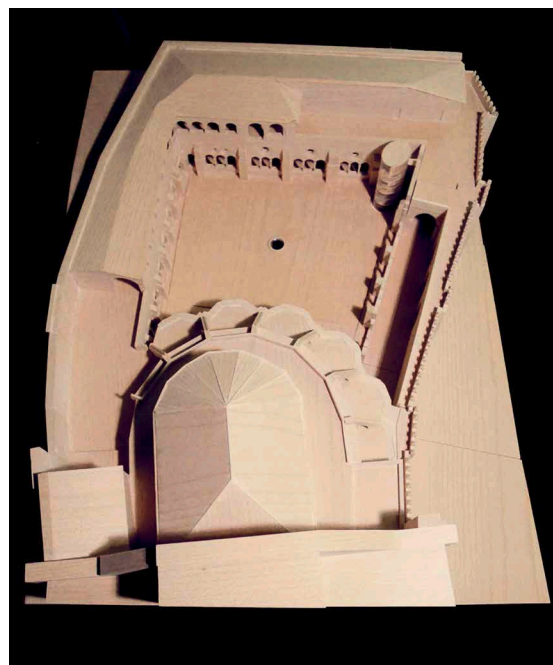
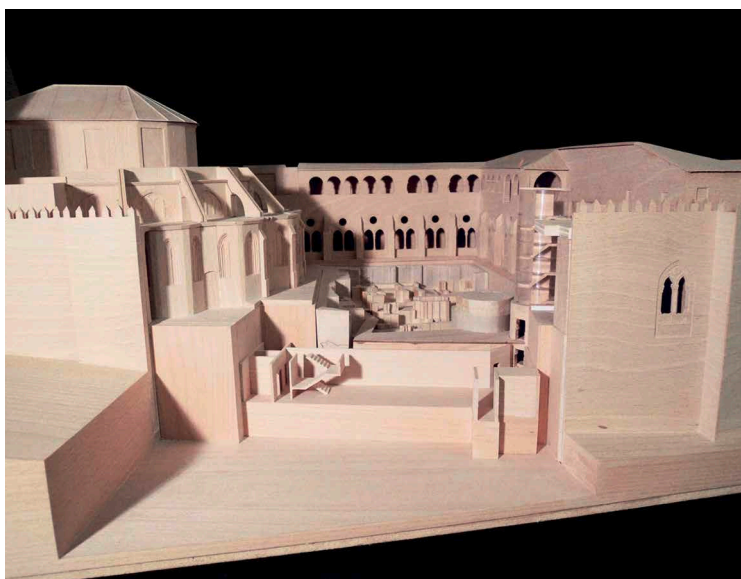
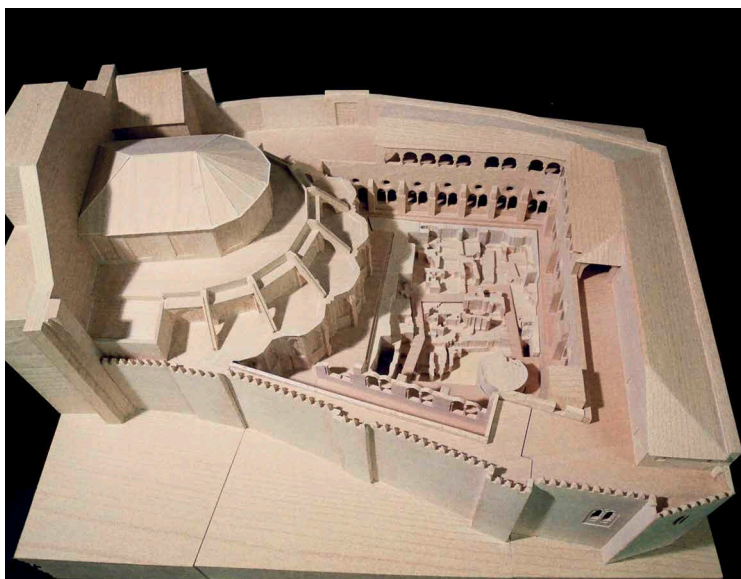
Existente – Alçado Sul



Proposta – Alçado Sul

...será hoje consensual que uma intervenção contemporânea numa estrutura patrimonial está obrigada a um atento escrutínio da história do monumento...





«uma laje, que será cobertura da cripta do núcleo arqueológico da Sé» com «apoios [...] perimetrais por forma a não interferir com a área das escavações arqueológicas» (Dias: 2014, p. 7). No centro deste pátio será aberto um «lanterim com espelho de água» (Dias: idem), um apontamento que sublinha o caráter moderno da intervenção; juntamente com o elemento vegetal na pequena porção de terreno sem escavação arqueológica, fixa-se a presença de uma natureza necessariamente muito artificializada.

4

Adalberto Dias faz parte de um grupo de arquitetos que contribuiu, a partir dos anos 1980, para a ideia de uma arquitetura portuguesa geracionalmente alargada e consistente no manuseamento dos instrumentos do projeto de arquitetura, capaz de resultados sempre no vértice de uma abordagem poética e sólido saber construtivo.

Desde então, os projetos que assina têm sempre esse equilíbrio interior. Talvez no exterior seja dependente do diálogo de Álvaro Siza com Adolf Loos que se aprofundou no início dos anos 1980 e que põe em contacto uma exuberante capacidade plástica (de Siza) com uma disciplina racional algo melancólica (de Loos).

Talvez este encontro tenha uma especial repercussão em Adalberto Dias, então jovem e promissor colaborador de Siza.

De qualquer modo, a solidez na sua obra nunca é ostensiva, e a plasticidade nunca é excessiva. Este equilíbrio mantém-se de projeto para projeto, quase como reflexo de um determinado momento formativo que quer manter eterno. Outras influências, outros modos, podem aflorar; mas há um referente que se perpetua: esse racionalismo poetizado, tardio, quase anacrónico, que o Porto soube levantar.

É certo que nesse momento o prestígio internacional da arquitetura portuguesa se situa essencialmente à volta de Siza e mais tarde de Eduardo Souto de Moura. Mas os projetos de Adalberto Dias permitem perceber como se trata de uma vocação partilhada, de uma sensibilidade comum. Se quisermos encontrar a convergência a que chamamos «Escola do Porto», que se aprofunda nos anos 1970, ganha surpreendente consistência nos anos 1980, e se estabiliza nos anos 1990, é para a sua obra que devemos olhar.

Não se trata da experimentação construtiva de Alcino Soutinho, nem da monumentalidade que a obra de Fernando Távora às vezes gosta de exprimir. A obra de Adalberto Dias concentra-se em correr riscos que são calculados, aparenta uma normalidade brevemente interrompida num vão demasiado longo, duas janelas demasiado simétricas, uma parede demasiado cega. Podemos também chamar-lhe elegância compositiva e um certo gosto pelo recorrente; Adalberto Dias parece estar sempre a desenhar uma porta, a mesma porta: a proporção, as guarnições, as ferragens, o ruído que é abafado.

No campus de Aveiro, as residências de estudantes (1998-2001) e o Departamento de Engenharia (1991-1997) são dos edifícios mais bem-sucedidos; mesmo aspirando a um certo anonimato, destacam-se no modo como integram a história da arquitetura, referências plausíveis, em gesto sereno e cumprido. Já o edifício de habitação em Ofir (1983-1991) mostrava um acerto invulgar mesmo com a citação à flor da pele.

O desenho de estruturas de grande escala urbana define particularmente o seu percurso: a Ponte do Infante (1995-1997) e o Elevador do Castelo de São Jorge (2001), mesmo sendo projetos não realizados, são duas hipóteses ainda hoje des-

concertantes e belas. O Elevador dos Guindais (1999-2003) finalmente permite-lhe realizar a capacidade de aliar a engenharia e a arquitetura, com vantagem para ambas. Mais recentemente, na Escola Básica de Sernancelhe (2009-2014), regressa a esse ensaio de equilíbrio que situei nos anos 1980, como eco de muitos outros anos do século xx.

O trabalho de Adalberto Dias cruza consistentemente o problema infraestrutural e o *design*, a obra de raiz e a intervenção patrimonial, ao modo de um certo entendimento da arquitetura e do papel do arquiteto, talvez cada vez mais difícil de sustentar. Já no polémico elevador do Castelo de S. Jorge esse cruzamento era exacerbado; tudo era convocado: objeto e cidade, engenharia e arquitetura, tradição e modernidade.

O que está aqui em questão, voltando ao claustro da Sé Patriarcal de Lisboa, é a confiança no arquiteto como capaz de lidar e sustentar diferentes níveis de conhecimento, em situações paralisantes; e ainda assim correr riscos. Adalberto Dias traz consigo um conhecimento que reporta aos temas da arquitetura portuguesa das últimas décadas do século xx: os ecos da «arquitetura popular»; a aspiração à arquitetura moderna; o entendimento da estrutura patrimonial como arquitetura contemporânea.

Esta abordagem permite aliar a prudência e o conhecimento, com o risco e uma certa desenvoltura. Estamos aqui no terreno de uma radical não-especialização. Dir-se-ia que só um arquiteto não-especialista pode entrar nos interstícios de um monumento neste modo coloquial, embora seguramente respeitoso. Mais do que uma especialidade, o património é aqui uma espacialidade particular, cheia de enigmas, de *suspense*, e de projetos por realizar.

5

A grande parede-muralha da Rua das Cruzes parece sustentar o tempo de todas as catástrofes e alterações. Entre os escombros físicos e os da história, as condicionantes técnicas e um programa museológico necessário, a intervenção no claustro da Sé Patriarcal de Lisboa é «difícil e sensível», um exercício de limites. Mesmo não havendo alternativa aparente, a proposta de construção do núcleo arqueológico «em cripta», na ala sul do claustro, é surpreendente.

Toda a operação conta no entanto com a prudência que Adalberto Dias foi demonstrando, sem desistir do risco que também gosta de formular. É certo que a ala sul do claustro é a mais passível de ser «intervencionada», já que foi a que mais sofreu alterações que tornam aparentemente residual ou inexistente a presença arqueológica. E, sem dúvida, a instalação do núcleo arqueológico nesse contexto permitirá uma relação de grande proximidade com as escavações e uma nova funcionalidade com o exterior.

A vulnerabilidade da ala sul, sujeita a toda a sorte de acontecimentos e poéticas, justifica a intervenção. Com os dois novos pisos «em cripta», é novamente reconsiderada, sem aparente demolição, mas desmontagem e remontagem, espaço escavado e um novo sistema de acessos.

Os arcos góticos em ruína serão apreciados em relação com o corpo elíptico de escadas. No lugar do atual *cubelo*, algo disforme e acidentado, este volume redefinirá todo o perímetro do claustro, espaço e ambiente, como um torreão esguio, curvo, arriscado e prudentemente integrado. Ao desencostar-se do limite cumpre o motivo de não se confundir com o antigo, ou recuar para qualquer pastiche; mas ao aspirar a uma si-

milidade com a presença do cubelo, e ao recuperar um modo, dir-se-ia «barroco» no uso da elipse, é um certo caráter lúdico, ambíguo, que emerge da intervenção.

De outro ponto de vista, a forma elíptica sugere, na ausência de ângulos retos, uma evanescência da forma, um desaparecimento do «tipo». A funcionalidade da escada estará camuflada por esse enigma; o azulejo de tonalidade próxima da pedra deverá reforçar a ambiguidade de figura-fundo. Nesse sentido, este corpo é funcional e fundacional; tem uma função prosaica mas terá uma presença representativa, pontuando a refundação do claustro: depois do passo arqueológico, chega o museológico.

Simultaneamente, como se dizia, a reposição do pátio/jardim, em plano contínuo e desornamentado, será o contraponto horizontal da torre de escadas, recriando no claustro um silêncio até agora provavelmente nunca contemplado com esta evidência.

A ordem desarticulada do claustro ganha com esta intervenção um novo sentido, com o que parece ser uma medida certa, seja na prudência com que se colocam certas peças — escadas, elevador, espelho de água — seja no risco com que se altera a estrutura atual, na ocupação «em cripta» da ala sul.

A magnitude deste lugar, mas também a sua degradação evidente, obriga a algo mais do que um restauro competente, e uma qualquer efémera construção. A intervenção de Adalberto Dias compreende que há muito mais em jogo; que há uma falência do monumento que precisa de ser resgatada.

Como momento culminar da campanha arqueológica, a musealização das descobertas permitirá partilhar com os cidadãos a complexidade dos estratos do solo claustro.

Sem «resolver» ou mesmo descodificar o perturbante «palimpsesto» que o claustro contém — se tal tarefa for possível, obriga a uma intervenção em toda a estrutura, e à realização dos respetivos estudos monográficos exaustivos —, a operação que aqui se analisou permitirá um renovado uso do monumento e um relacionado interesse público e académico pelo seu destino. E isso, em si mesmo, já é um feito. Quanto à arquitetura, resta-nos esperar que o projeto seja cumprido, e que a instalação do núcleo arqueológico e reposição do pátio/jardim signifique uma pacificação do claustro, mesmo que tão cicatrizado e exposto. É uma paz longamente merecida.

BIBLIOGRAFIA

DIAS, Adalberto – Entrevista [de] João Carlos Fonseca. *Projectos Recentes. Recent Projects. ArchiNews*. Lisboa: Archi&BookDs, n.º 31, janeiro/fevereiro/março de 2015.

DIAS, Adalberto – *Recuperação e valorização da Sé Patriarcal de Lisboa I.ª fase – Instalação do núcleo arqueológico e recuperação dos claustros superiores e inferiores. Projecto de Execução, fase I. Memória descritiva*. Policopiado, outubro de 2014.

NETO, Maria João; SERRÃO, Vitor – *Recuperação e valorização da Sé Patriarcal de Lisboa. I.ª fase – Instalação do núcleo arqueológico e recuperação dos claustros superiores e inferiores. Relatório Prévio. Levantamento documental, peças fotográficas, imagens e resenha histórica*. Policopiado, junho de 2013.

↑ Sé de Lisboa, maquete, existente. Arquivo do autor. s/ data.

↑ Sé de Lisboa, maquetes, proposta. Arquivo do autor. s/ data.